

RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.613 - PE (2013/0364784-1)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO : ÂNGELA CRISTINA DE ALMEIDA CABRAL SANDES COMBUSTÍVEIS - MICROEMPRESA
ADVOGADOS : JOÃO ANDRÉ SALES RODRIGUES E OUTRO(S) - PE019186
LUIZ RICARDO DE CASTRO GUERRA - PE017598

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Agência Nacional de Petróleo e Gás - ANP, com amparo na alínea "a" da CF/1988, contra acórdão do TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 210/211):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ANP. PRELIMINAR DE INCONGRUÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. NÃO ACOLHIMENTO. IRREGULARIDADE NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE COMBUSTÍVEL. COMUNICAÇÃO TARDIA DO RESULTADO ANÁLISE. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 3º, § 2º DO REGULAMENTO TÉCNICO ANP Nº 3/2000. DEMORA NA REALIZAÇÃO DE CONTRAPROVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. CARACTERIZAÇÃO. VÍCIO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. NULIDADE DA CDA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. Hipótese em que se discute a existência de vício no procedimento administrativo que deu origem ao título executivo que instrui a execução fiscal, motivado por cerceamento de defesa da empresa fiscalizada pela Agência Nacional de Petróleo - ANP.

2. A apelante defende a legitimidade do ato fiscalizatório diante das irregularidades constatadas, mas também refuta os fundamentos da sentença quanto ao suposto cerceamento de defesa. Neste caso, deve ser afastada a prefacial de incongruência das razões recursais por inobservância dos requisitos exigidos no artigo 514 do CPC.

3. O débito que é objeto da execução decorre de sanção aplicada à apelada pela ANP, em virtude daquela empresa haver descumprido as normas que regulamentam a venda de combustíveis.

4. A análise preliminar satisfatória realizada *in loco* pelo fiscal da ANP não impede que se reconheça a responsabilidade do revendedor pela comercialização do produto, quando se verifica em exame laboratorial Posterior que a amostra examinada está em desacordo com a norma técnica. Contudo, a apuração das irregularidades deverá se processar

Superior Tribunal de Justiça

rigorosamente de acordo com os procedimentos delineados na legislação pertinente, inclusive quanto aos prazos limites para a realização das análises de materiais coletados.

5. O Regulamento Técnico ANP nº 3/2000, que trata do "controle da qualidade do combustível automotivo líquido adquirido pelo Revendedor Varejista para Comercialização", estabelece em seu adido 3º, § 4º, o prazo máximo de 06 (seis) meses a que se obrigam os revendedores a manter em arquivo os registros das análises de qualidade concernentes ao combustível comercializado.

6. O exercício do Contraditório e da Ampla Defesa está assegurado no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal e é inerente ao direito de defesa, decorre até da bilateralidade do processo. Se manifesta na oportunidade proporcionada às partes de apresentar sua defesa, requerendo a produção de provas que entender cabíveis e participando da sua realização, bem como de se pronunciar a respeito dos resultados dentro dos respectivos prazos assinados pela legislação.

7. A documentação existente nos autos demonstra que a coleta das amostras de combustível ocorreu em 19.02.2002 e na ocasião a fiscalização da ANP não consignou a ocorrência de irregularidades com as amostras coletadas. Entretanto, a empresa fiscalizada foi notificada quanto ao resultado na análise laboratorial do combustível somente em 29.11.2002, e o exame da contraprova no material coletado somente foi realizado em 10.12.2002, quando já decorridos quase 10 (dez) meses da coleta do material periciado.

8. Apesar da legislação específica impor a guarda de material relativo à análise de qualidade do combustível somente pelo período de 06 (seis) meses, no caso concreto a intimação quanto ao resultado do exame não se processou dentro desse lapso temporal e, por consequência, a análise da contraprova (exame da amostra-testemunha) somente se realizou quando há muito havia ultrapassado o referido, prazo limite. Esta circunstância caracteriza cerceamento de defesa, pois não permitiu à empresa oras apelada a produção de contraprova mediante a utilização da amostra-testemunha livre de alterações trazidas pelo tempo.

9. Ante a constatação de que a fiscalização realizada não se processou por completo em conformidade com a legislação que regula a matéria, é de se reconhecer que há vício no processo administrativo e, por consequência, não se pode cogitar de higidez da CDA derivada desse procedimento, o que impõe a extinção da execução lastrada nesse título.

10. Apelação improvida.

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados.

A recorrente alega a existência de violação dos arts. 535 do CPC/1973 e 3º, XI, da Lei n. 9.847/1999.

Afirma que o aresto recorrido não enfrentou a questão da possibilidade de a ANP realizar a interdição total das instalações e equipamentos daqueles agentes econômicos que comercializam produtos irregulares.

Sustenta que, ao aplicar a multa ora questionada, apenas dá cumprimento à determinação legal e constitucional de que o Estado deve proteger os

Superior Tribunal de Justiça

interesses do consumidor.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 245-253.

É o relatório.

Registro, de logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Veja-se:

As normas regulamentadoras da ANP, ao dispor sobre a comercialização de combustíveis, são claras ao vedar a comercialização de gasolina do tipo "C", como é o caso dos autos em desacordo com as especificações técnicas exigidas por aquela Autarquia.

É fato que ficou constatada a irregularidade no estoque de gasolina que estava sendo comercializada pela empresa apelada, especificamente em relação ao teor de Álcool Etílico Anidro Combustível (AEAC) presente na composição da amostra examinada. Assim, a controvérsia fica restrita à análise da ocorrência de cerceamento de defesa no processo administrativo do qual se originou a CDA, que embasou a execução de que se cuida.

Irresignada, a parte recorrente interpôs embargos declaratórios, os quais foram julgados sob os seguintes fundamentos:

Desta forma, para que se, possa reconhecer a legitimidade, da autuação feita pela ANP, a apuração das irregularidades deverá se processar rigorosamente de acordo com os procedimentos previstos na legislação pertinente, inclusive quanto aos prazos limites para a realização das análises de materiais coletados, sob pena de caracterizar cerceamento de defesa do fiscalizado e macular o ato administrativo.

Assim, não merece prosperar a suposta omissão quanto à análise dos dispositivos legais aventados nos aclaratórios, tendo em vista que o acórdão inclusive destacou textualmente a legislação aplicável ao caso concreto, a qual regula os prazos a serem observados pelo órgão fiscalizador na análise técnica dos combustíveis revendidos no mercado.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela insurgente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

Nesse aspecto:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTA
CONTRARIEDADE AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO
CONFIGURADA. PRECATÓRIO. JUROS DE MORA. TERMO
FINAL. MATÉRIA DECIDIDA COM ENFOQUE

Superior Tribunal de Justiça

CONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. AGRAVO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO DESPROVIDO.

1. Em relação à suposta contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, como já afirmado, inexistente a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada. Frise-se, por oportuno, não ser exigido do Órgão Julgador rebater um a um os argumentos oferecidos pelas partes, desde que suficientemente fundamentada a decisão para a solução da controvérsia.

[...]

3. Agravo Interno da Associação desprovido.

(AgInt no REsp 1.569.664/CE, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 2/8/2019)

Conforme consignado pelo Tribunal de origem, houve cerceamento de defesa no processo administrativo do qual se originou a CDA, em virtude da demora na comunicação dos resultados do exame laboratorial realizados pela recorrente, fundamento que não fora objeto do recurso apresentado, atraindo, portanto, o óbice da Súmula 283 do STF.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. MÉRITO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. FORMA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO IMPUGNADO PELA PARTE RECORRENTE. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE PROVAS E DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Não prospera a alegada tese de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

2. É intransponível o óbice da Súmula 283 do STF, uma vez que o recurso especial não impugnou, de forma específica, um dos fundamentos autônomos e suficientes para a manutenção do v. acórdão recorrido, qual seja, de que "a cláusula nona, parágrafo segundo, é clara em prever que se a rescisão fosse de iniciativa dos Réus, 'os honorários pelos serviços até então realizados, serão devidos pela metade dos que foram convencionados neste Contrato, mas serão pagos nos prazos e condições nele avençados'".

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.619.661/MG, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2019, DJe 4/9/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art.

Superior Tribunal de Justiça

255, § 4º, I e II, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

